

Globalização e Sociedade Civil

REPENSANDO O COOPERATIVISMO NO CONTEXTO DA CIDADANIA ACTIVA

GLOBALIZAÇÃO COMPETITIVA E DESENVOLVIMENTO

Os aspectos potencialmente positivos da globalização como se dá actualmente, podem ser assim resumidos (1):

- a globalização baseia-se em sistemas de produção de escalas mais reduzidas e flexíveis, que necessitam cada vez mais de conhecimento em vez de trabalho manual (2);
- inovações na organização produtiva facilitam a utilização da capacidade criativa dos trabalhadores, em vez de mantê-los reduzidos a tarefas meramente repetitivas;
- inovações nas esferas da informática e da robótica reduzem o dispêndio de tempo e energia humanos nas tarefas ligadas à produção e à mera sobrevivência;
- exigem trabalhadores mais bem informados e formados, operando de maneira flexível e menos monótona, com maior controle e menor hierarquia no espaço em que actuam;
- manifestam tendência a sistemas de co-gestão e até de co-propriedade;
- aumentam o potencial de libertação do trabalho humano em relação ao emprego assalariado, e de valorização do trabalho enquanto práxis comunicativa e criativa, núcleo do desenvolvimento efectivamente humano (3);
- os avanços na esfera da telemática geram o potencial de democratização da comunicação, das relações não apenas mercantis entre pessoas, comunidades e nações, do intercâmbio de experiências, da complementaridade de potenciais e de recursos, da solidariedade nas aspirações e nas lutas, da expansão da Consciência de Espécie que agrega e unifica a diversidade sem sacrificá-la (4);
- enfim, a globalização fornece a base material para que, afinal, se torne possível aos trabalhadores do mundo inteiro unir-se, em vez de digladiar-se, por uma humanidade responsável e solidária.

A GLOBALIZAÇÃO COMPETITIVA SONEGA, EM VEZ DE AMPLIAR, VÁRIOS DIREITOS DOS TRABALHADORES, ENTRE ELES O DIREITO DE POSSUIR E GERIR RECURSOS PRODUTIVOS E O DIREITO DE IR E VIR.

A actual globalização, porém, por estar centrada numa competição que só poupa os grupos econômicos que têm maior poder e controle de capital e de mercados, envolve riscos e ameaças não só aos trabalhadores, mas à humanidade como um todo, tais como:

- reduzindo o trabalho humano a uma mercadoria, estende as cadeias de subordinação do trabalho assalariado à escala global (5); privados da propriedade e do controle sobre a empresa, os empregados não têm o direito de participar das decisões sobre o que e como produzir e como dividir os ganhos da produtividade; por outro lado, são presa da velocidade e do carácter não planejado da reestruturação industrial, que está provocando o desemprego maciço; os funcionários públicos também estão sendo demitidos à medida que os governos locais e nacionais se conformam em adoptar reformas neoliberais destinadas a promover a globalização. O resultado final tem sido o desemprego em massa, aberto e oculto, e os empregos marginais e sub-remunerados numa economia informal cada vez mais extensa; e condições de trabalho e de vida cada vez mais precárias como resultado dos cortes nas despesas públicas e das mudanças da legislação que eliminam direitos reconhecidos dos trabalhadores. Outro motivo de séria preocupação é a evidência de uma concentração cada vez mais aguda da renda e da riqueza (6);
- aprisiona o conceito de desenvolvimento, identificando-o a crescimento econômico e a modernização e eficiência produtiva a nível da empresa, tomada abstractamente de forma isolada; a interacção entre os agentes econômicos, em consequência, é concebida como relação entre agentes isolados que interagem a partir dos seus interesses meramente individuais, numa disputa de vida ou morte, chamada competição (7);
- estende a todo o mundo um conceito e uma prática de desenvolvimento exógeno e centrífugo, ou 'de cima para baixo' e 'de fora para dentro', que toma como parâmetros os elementos culturais dominantes nas economias altamente industrializadas (valores, atitudes, comportamentos, aspirações e modos de relação) e como actores hegemônicos os grupos econômicos e financeiros transnacionais, que são predominantemente originários nos países ricos (8); está prática aliena porque afasta pessoas, povos e nações de suas potencialidades mais profundas; sacrifica a diversidade e a soberania, e globaliza às custas do nacional, do local, do diferente, do singular (9);

- subordina as economias nacionais, e suas respectivas superestruturas políticas, às estratégias e aos interesses corporativos das empresas e grupos transnacionais, cuja lógica é predominantemente econômica e mercantil e cuja motivação principal é a ampliação dos seus ganhos, da sua produtividade e da sua competitividade e não o desenvolvimento de povos, nações e regiões do mundo (10). Há ampla evidência que a compatibilidade entre ambos é contraditória e frequentemente negativa, sobretudo quando povos e nações perdem o poder soberano de definir, gerir e controlar seu próprio desenvolvimento;
- força os agentes econômicos a apropriar-se virtualmente de todo o ganho de produtividade em detrimento dos trabalhadores e do emprego, assim concentrando sempre mais capital e/ou poder de decisão num número reduzido de pessoas e empresas/grupos econômicos, marcando os mercados nacionais e mundiais com a tendência ao monopólio e ao cartel. Tais estruturas promovem relações economicamente excludentes e politicamente totalitárias. Sob o prisma do desenvolvimento, essa tendência totalitária da globalização competitiva se expressa na abolição de todo projecto de desenvolvimento que não seja centrado no mercado e no capital, e de parcelas crescentes de poder nacional de regulação sobre fluxos comerciais, recursos, invenções e até de investimentos. 'Lançados uns contra os outros, trabalhadores, empresários e governantes travam luta de morte para prevalecer mediante a subordinação ou eliminação do outro. Um tal sistema de relações, quanto menos regulado e mais deixado ao sabor dos interesses dominantes, mais concentrador e mais destruidor se revela (11);
- beneficia e faz crescer o sector privado às custas da Sociedade e do Estado através deste conjunto de políticas chamadas de 'ajuste estrutural', que incluem privatização, desregulação e abertura de mercados, estabilização e crescimento, transferência do poder de decisão e do debate macroeconômico dos Estados nacionais para as instituições multilaterais e estabilidade política fundada na máscara do consenso;
- ao globalizar a mercantilização dos seres humanos e da Natureza, torna também globais as formas de exploração e de dominação de ambos, e com elas as ameaças de rupturas sócio-políticas e ambientais;
- adopta medidas apenas compensatórias e correctivas dos problemas, crises e catástrofes eco-sociais geradas por aquelas políticas, sem buscar ir às suas raízes. O sem-número de programas governamentais para aliviar o desemprego e a marginalização dos trabalhadores emerge ao lado do reforço do aparato de controle e repressão social, que não logra conter as ondas crescentes de violência urbana que afloram nas metrópoles do Hemisfério Sul e do Norte. Em resumo, quanto mais riqueza e poder concentrados, mais desigualdade e maior potencial de desordem e de caos social.

GLOBALIZAÇÃO COOPERATIVA E AUTO-DESENVOLVIMENTO

Haveria dois caminhos para se pensar em alternativas à globalização competitiva. O caminho 'de fora para dentro' e 'de cima para baixo', que implica em actuações exteriores ou marginais ao sistema de mercado oligopolista e à democracia individualista predominantes; e o caminho 'de baixo para cima' e 'de dentro para fora', que parte da diversidade das pessoas, comunidades, povos, culturas, nações para construir uma globalidade enraizada na diversidade e na complementaridade dos seus componentes.

Em biologia, desenvolvimento tem a ver com transformar em realidade actual os potenciais inerentes a um organismo. No plano humano e histórico, igualmente, a referência do desenvolvimento são os potenciais escondidos em cada pessoa, comunidade, nação e região (12). Na natureza, à riqueza desses potenciais chamamos biodiversidade, e colocamos a sua defesa como condição para a sobrevivência do próprio Planeta. Na história humana porém, ainda estamos longe de ter a mesma consciência da importância de defender e fomentar a biodiversidade, como um princípio de Vida e de Evolução da própria Espécie Humana. Este princípio está fundado no facto de que nenhum ser humano, nenhuma capacidade individual, se basta e se completa isoladamente: só reconhecendo esta solidariedade inerente à condição de todos os seres, em particular dos seres humanos, e fomentando a complementaridade, a sociabilidade e a irmandade entre nós é que conseguiremos progredir no sentido em que aponta, na Espécie Humana, a Evolução da própria Natureza (13). Retomemos, portanto, o caminho 'de baixo para cima' e 'de dentro para fora'. Não será ele o que maior viabilidade apresenta nesta viragem de século e de milénio? Não se esconderá nele o potencial de arrancar do interior mesmo da pessoa, da comunidade, da empresa, da nação a força motriz para impulsionar o desenvolvimento, concebido como crescimento económico, mas como o desabrochar de todos os potenciais do ser individual e colectivo?

Pensar que cada pessoa pode ser concebida como centro gerador do desenvolvimento de si mesma e das colectividades a que pertence, e pensar cada comunidade humana e nação nesta mesma perspectiva permite-nos acenar para uma globalização diferente, que se constrói de baixo para cima, e que se expande com base noutra lógica e noutra movimentação; cresce a partir da concepção orgânica como um todo objectivo, procurando maximizar os potenciais de complementaridade, de sociabilidade e de irmandade entre as pessoas, as comunidades, as empresas em redes de relação e de intercâmbio a todos os níveis. Este é o sentido que damos ao termo autodesenvolvimento.

SUJEITOS DO AUTO-DESENVOLVIMENTO

Os desafios do desenvolvimento próprio passam, então, a ser trabalhados nos vários níveis da realidade humana:

- **dimensão pessoal** - Trata-se de desenvolver os potenciais próprios de cada um de nós. Cada pessoa é um ser em construção. Há dois vectores que predominam no processo existencial, um, de natureza genética e hereditária, o outro de natureza cultural e social. A ciência tem focalizado estes dois processos em pesquisas e debates ainda inconcludentes. Mas o certo é que o ser humano também está em processo de Evolução, tanto como indivíduo quanto como espécie. E, diferentemente de qualquer outro ser conhecido deste Planeta, o ser humano é o único que tem faculdades que lhe dão a capacidade de visualizar, projectar, actuar, transformar conscientemente. Mas a pessoa humana é um ser contraditório,

pois a sua própria unidade é feita de diversidade. As várias dimensões que nos constituem, corpo e as suas várias partes, mente, psico, alma, desenvolvem-se por vias e ritmos diversos, em processos que às vezes são contraditórios e complexos. Educar-nos para desenvolver tão harmoniosamente quanto possível as várias dimensões que constituem o nosso ser pessoal de forma autónoma e solidária, eis o desafio. Por outro lado, ao agir, ao fazer, ao construir, o ser humano faz-se e constrói-se simultaneamente, contribuindo deste modo para a evolução dos seus sentidos materiais e não materiais, do seu conhecimento, da sua consciência, do seu espírito, e também, sinergeticamente (14), com a evolução dos da Espécie Humana como um todo (15). O desafio do auto-desenvolvimento consiste em que cada pessoa, por meio da acção sobre o mundo e os outros, da educação, da pesquisa e da reflexão sobre si própria e as suas relações, se construa sempre mais como sujeito consciente e activo do seu próprio desenvolvimento. Educar-se passa a ser assumir a responsabilidade de fazer progredir cada aspecto, qualidade, atributo, faculdade, da própria pessoa, enquanto ser que só existe em relação com as várias dimensões de si própria com o Outro - pessoas e colectividades - e com a Natureza;

- **dimensão da comunidade** - A outra dimensão do indivíduo são as diversas comunidades a que pertence. O indivíduo, portanto, é *ao mesmo tempo* um todo em si próprio e parte viva e activa de todos mais abrangentes. A visão do auto-desenvolvimento da pessoa aplica-se necessariamente também à comunidade humana, seja ela a família, seja comunidades de trabalho, de fé, de actividades recreativas e outras. Levanta-se, já nesta dimensão, o desafio de valorizar sempre mais as potencialidades de cada participante da comunidade - o que significa cultivar a *noodiversidade* - enquanto se busca, *ao mesmo tempo*, construir unanimidades em torno de objectivos, projectos e estratégias comuns de acção e de relação (16). Na busca de auto-desenvolvimento da comunidade, portanto, há que estimular tanto o desabrochar das capacidades individuais, quanto aquelas que resultam da complementaridade e da sinergia gerada pelo pensar e agir em comum dos participantes. O ponto de partida é a diversidade do conjunto de talentos, capacidades, competências que constituem a singularidade e a criatividade de cada um. O método é colocá-las em comum, procurando construir laços solidários de colaboração no interior da comunidade, de modo a desenvolver quanto possível os talentos, capacidades e competências colectivas. O desafio da democracia e da participação começa neste nível. Trata-se como no caso de cada pessoa, de desenvolver a comunidade no sentido de tornar-se sujeito consciente e activo do seu próprio desenvolvimento.

Coloca-se aí a questão da partilha da propriedade e da gestão dos bens comunitários como essência mesma da prática democrática. Nesta partilha supera-se a 'democracia individualista' do capitalismo e também os igualitarismos artificiais que têm predominado em muitas experiências de 'socialismo'.

A empresa e as unidades políticas - o município, o estado e a nação - são também comunidades. O enlace natural entre os diferentes níveis da existência humana faz-se de facto de baixo para cima, tendo por unidade primeira a pessoa, mas não a pessoa abstracta e isolada, senão no seu contexto de *relações essencialmente humanas*. O trabalho é o mediador destas relações, ou a capacidade humana de transformar, criar e comunicar. É também o factor ontológico, porque através dele tornamo-nos seres deste mundo. Entretanto, a cultura dominante, por estar centrada nas relações económicas e comerciais redu-las a meras *estruturas*, em que predominam relações despersonalizadas, ou coisificadas, ao passo que os seres humanos que as compõem são vistos apenas sob o prisma das funções que ocupam nelas - como 'mão-de-obra' (17) assalariada, como vendedor ou comprador, ou como contribuinte.

Repensar, portanto, o mercado como uma relação social entre seres humanos apenas *mediada* por dinheiros e produtos; repensar a empresa como comunidades

PENSAR QUE CADA PESSOA PODE SER CONCEBIDA COMO CENTRO GERADOR DO DESENVOLVIMENTO DE SI MESMA E DAS COLECTIVIDADES A QUE PERTENCE, E PENSAR CADA COMUNIDADE HUMANA E NAÇÃO NESTA MESMA PERSPECTIVA PERMITE-NOS ACENAR PARA UM GLOBALIZAÇÃO DIFERENTE.

humanas; deslocar o eixo da existência humana do ter para o ser; identificar e cultivar a capacidade de cada pessoa e comunidade de ser sujeito consciente e activo do seu próprio desenvolvimento, estes são alguns dos grandes desafios ligados ao renascimento da humanidade no milénio que se avizinha (18).

Se estas proposições estão correctas, podemos concluir que desenvolvimento pensado e praticado 'de cima para baixo', 'de fora para dentro' não é desenvolvimento genuíno, mas outra coisa. A modernização que experimenta o Brasil nesta segunda metade de século segue, na sua essência, a via 'de cima para baixo' e 'de fora para dentro' - o modelo e grande parte da tecnologia e dos investimentos vêm dos países ricos do hemisfério norte. Mesmo o governo Fernando Henrique Cardoso, que foi eleito sob a bandeira de um projecto 'social-democrática', renunciou ter um projecto de desenvolvimento nacional próprio do Brasil (19). A globalização competitiva tem como eixo ideológico o projecto de adopção do mesmo modelo de organização social e económica, através dos mesmos agentes económicos - essencialmente os grandes grupos transnacionais -, para todos os outros países e regiões do Planeta. Este é um projecto homogeneizador. Se há diversidades, elas ocorrem no interior deste projecto e são inescapavelmente determinadas por ele.

A reflexão sobre o mundo de hoje leva-nos à convicção, primeiro, de que o problema não é a globalização, mas esta globalização e, segundo, que uma outra globalização, de carácter essencialmente cooperativo não é apenas possível, mas já está em gestação no interior desta. Diríamos que a economia é uma dimensão de actividades que está voltada predominantemente para as necessidades materiais, ou inferiores, do ser humano - faz parte da Bio-História da humanidade. Ela concentra-se na geração de produtos úteis ou comerciáveis e de dinheiro. O desafio é começar, no interior de um mundo dominado pela economia, uma transição para um mundo que esteja organizado em torno das

necessidades superiores do ser humano, que implicam na produção de conhecimento, de beleza, de bem-estar, de comunicação, de interacção e no desenvolvimento das suas relações de solidariedade com a Natureza e com todos os seres, dos seus sentidos de ética, de estética e de comunhão com cada outro ser humano e com a espécie, e do equilíbrio dinâmico entre o seu lado masculino e feminino. O masculino tem a ver com a exterioridade, a acção, a conquista, e o feminino, com a interioridade, o cuidado e o respeito à vida e ao mistério do mundo. O desafio é passar da Bio-História para a Noo-História. É visualizar e pôr em marcha uma estratégia para a transição, já anunciada, da **era** em que a economia é a actividade principal da maioria dos seres humanos - o reino das necessidades - para a era em que são as actividades superiores do ser humano que ocuparão a maior parte do nosso tempo e das nossas energias - o reino da liberdade. Liberdade de ser E de criar, individualmente E colectivamente. Liberdade para ser plenamente Eu-E-Nós *ao mesmo tempo*.

O CAMINHO COOPERATIVO

A superação da cultura da reivindicação e da delegação é uma tarefa não apenas cultural. Ela é essencialmente política, e tem na dimensão económica o seu inescapável embasamento. Para os trabalhadores e os seus sindicatos, trata-se de preencher algumas condições indispensáveis para que se estabeleça um 'meio ambiente propício' para que eles se constituam em sujeitos conscientes e activos do seu próprio desenvolvimento:

1. Ocupar o espaço económico - isto implica abandonar apenas a postura reivindicativa e delegadora e partir para:

1.1. a gradual apropriação dos bens produtivos já existentes - procurando ampliar formas de co-propriedade e co-gestão das empresas em que trabalham. Isto pode ser facilitado mediante programas educativos dos trabalhadores que incluam os aspectos técnicos e profissionais ligados à gestão empresarial; os aspectos políticos relacionados com a cultura da autonomia solidária e mediante a criação de fundos sindicais para apoiar a aquisição das empresas pelos trabalhadores e a sua transformação em empresas associativas e cooperativas;

1.2. a constituição de novas empresas cooperativas dos próprios trabalhadores, geridas e controladas por eles;

1.3. o desenvolvimento de competência empreendedora e profissional para fazer que suas cooperativas sejam altamente eficientes para competir no mercado capitalista com vantagens comparativas de que o sector privado carece;

1.4. a construção de um movimento cooperativista auto-gestionário, solidário e popular, cuja estratégia seja ir tecendo pouco a pouco os fios de relações cooperativas e solidárias não apenas na esfera do consumo, mas também nas esferas produtiva, comercial e financeira, com vista a 'transubstanciar' a economia do Capital numa economia cooperativa e solidária (20);

OS SINDICATOS ESTÃO LENTAMENTE GANHANDO CONSCIÊNCIA DE QUE URGE QUE ENCONTREM UM NOVO PAPEL A DESEMPENHAR NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E QUE ESTABELEÇAM PONTES DE COLABORAÇÃO COM OUTROS GRUPOS DE CIDADÃOS QUE DESENVOLVEM FORMAS ALTERNATIVAS DE TRABALHO E COMÉRCIO NO INTERIOR DO SISTEMA DE MERCADO DOMINANTE.

1.5. estabelecer um sólido e permanente processo de educação dos trabalhadores, a fim de que se apropriem da visão, dos conhecimentos e dos instrumentos aptos para a transformação de si próprios em trabalhadores-empresendedores autónomos e solidários, e das suas empresas em cooperativas, ao mesmo tempo, em comunidades plenamente humanas.

2. Ocupar o espaço político - o embasamento concreto do poder político é o poder económico. O Mundo do Trabalho só poderá partilhar o poder político com as elites, e só poderá alcançar a hegemonia se tiver poder económico. Enquanto assalariado isto não se dará jamais. A reconstrução necessária do movimento trabalhador, sindical e social exige diversos movimentos simultâneos:

2.1. incluir no trabalho sindical - organizativo e educativo - não apenas os trabalhadores, mas também as suas famílias enquanto comunidades humanas e trabalhadoras;

2.3. ir além da acção reivindicativa em torno de emprego e salário, introduzindo na acção sindical e nas negociações com empresas e governo as questões políticas que servem de contexto para as reivindicações e as questões de políticas macroeconómicas que afectam directamente os trabalhadores;

2.4. em colaboração com outras forças populares, estabelecer uma estratégia de luta pela democratização e, simultaneamente, de gradual ocupação do Estado a fim de transformá-lo de agente dominante aliado ao sector privado, sobretudo ao grande capital, em agente apenas regulador, orquestrador e fiscalizador do interesse comum, subordinado à supervisão e às decisões da Sociedade democraticamente organizada em todas as esferas.

3. Ocupar o espaço informativo, comunicativo e cultural - trata-se do desafio de neutralizar o poder hegemónico dos agentes da globalização competitiva mediante o estabelecimento de meios de

comunicação alternativa e de uma educação voltada para o desenvolvimento integral das pessoas e das comunidades humanas, inclusive das associações e cooperativas de trabalhadores.

Do ponto de vista dos movimentos populares e sindicais, estes podem ser três aspectos essenciais de uma estratégia de transformação que tenha como directriz principal a ocupação de espaços e o aproveitamento das oportunidades abertas no interior mesmo do sistema centrado na competição e no mercado capitalista. Esta estratégia de acção em muitas frentes exige que paremos de esperar o momento de os trabalhadores tomarem o poder do Estado para, só então, começarmos a construir uma economia popular e uma sociedade solidária. O novo brota de dentro do velho, das sementes aí presentes e das unidades abertas pelas contradições que latejam no seu interior.

NA ESFERA POLÍTICA E CULTURAL, AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL TÊM ACTUADO DE FORMA CADA VEZ MAIS ARTICULADA E EFICAZ PARA PRESSIONAR OS CENTROS DE PODER, SEJAM CORPORATIVOS, SEJAM ESTATAIS, NO SENTIDO DE MUDANÇAS DEMOCRATIZADORAS

Nas esferas económica e financeira, as iniciativas são múltiplas. Lado a lado com o sistema cooperativo 'tradicional', que envolve cooperativas grandes e médias operando dentro do mercado capitalista e em economias e planeamento centralizado (21), diversas iniciativas centradas no interesse popular estão em marcha: associações e bancos de microcrédito já existem nos três continentes 'em desenvolvimento' e formaram uma associação internacional. Elas tornam o crédito acessível a milhões de empreendedores pobres. Grupos de produção, associações e cooperativas de trabalhadores estão se multiplicando em regiões rurais deprimidas, mas também nas megalópoles afligidas pela explosão da 'informalização' e da terceirização do trabalho (22); empregados também estão assumindo o controle de um número crescente de empresas; organizações de consultoria e advocatícias estão voltando a sua atenção para a situação crítica de milhões de desempregados em todo o mundo e para o desafio de um desenvolvimento ecologicamente sustentável (23). Os sindicatos estão ganhando lentamente consciência de que urge que encontrem um novo papel a desempenhar no desenvolvimento social e que estabeleçam pontes de colaboração com outros grupos de cidadãos que desenvolvem formas alternativas de trabalho e comércio no interior do sistema de mercado dominante (24).

Na esfera política e cultural, as organizações da Sociedade Civil têm actuado de forma cada vez mais articulada e eficaz para pressionar os centros de poder, sejam corporativos, sejam estatais, no sentido de mudanças democratizadoras. As pressões sobre os governos nacionais e sobre o Banco Mundial, o FMI e os Bancos Regionais de Desenvolvimento por crescente transparência, por reformas internas, por efectiva participação da sociedade e dos principais beneficiários, os sectores pobres e por modificações profundas na concepção e na prática do desenvolvimento por parte dessas entidades têm produzido resultados evidentes. Tanto as entidades sociais representativas quanto as de assessoria e advocatícias, actuando em redes e coalizões de alcance nacional, regional e global e utilizando-se dos meios telecomunicativos, estão desempenhando um papel relevante na busca teórica e prática de alternativas à globalização competitiva e à cidadania passiva e submissa que esta tende a engendrar.

O DESAFIO É FAZER DA GLOBALIZAÇÃO UM PROCESSO QUE DEMOCRATIZE NÃO APENAS O DIREITO À OPINIÃO, MAS OS DIREITOS E DEVERES DA PLENA CIDADANIA PARA TODOS OS MEMBROS DAS SOCIEDADES NACIONAIS E DA SOCIEDADE GLOBAL.

CONCLUSÃO

Trata-se, em resumo, de constituir a Sociedade, definida como a totalidade de cidadãs e cidadãos, cuja maioria consiste em pessoas que vivem do seu trabalho, como novo sujeito da História e do seu próprio desenvolvimento, subordinando às suas prioridades os agentes privados e dando ao Estado e às agências multilaterais um conteúdo realmente público e democrático. Os desafios essenciais são:

- a) promover a autoorganização e autogestão das comunidades e sociedades em torno de planos próprios de desenvolvimento;
- b) articulá-los de forma complementar com outras comunidades e sociedades, negociá-los com as autoridades públicas, absorvendo a contribuição de empresas e sectores governamentais sem perder o controle do seu próprio projecto;
- c) redefinir o papel do Estado, tornando-o cada vez menos o principal agente político, e cada vez mais um simples orquestrador do desenvolvimento do conjunto da economia e da sociedade;
- d) papel semelhante seria atribuído às agências multilaterais nas suas respectivas esferas geopolíticas.

No plano da governabilidade, o liberalismo oferece maior liberdade para a expressão da opinião de uma proporção maior das populações. Mas os seus fundamentos - direito de discordar e alternância de representação - são insuficientes o projecto de poder do povo em todas as esferas. E mesmo esses direitos estão hoje ameaçados pela compulsão do consenso e da estabilidade política a qualquer preço. O resultado é o fortalecimento da ameaça de um totalitarismo que equaciona razão de Mercado com razão de Estado, produz novas divisões sociais, alimenta conflitos étnicos ou territoriais e amplifica a corrupção estatal e empresarial.

O desafio é fazer da globalização um processo que democratize não apenas o direito à opinião, mas os direitos e deveres da plena cidadania para todos os membros das sociedades nacionais e da sociedade global. Gerar processos de participação que, por um lado, estabeleçam a cada pessoa e comunidade humana a sua condição de sujeito do seu próprio desenvolvimento e, por outro, cultivem e integrem a diversidade das capacidades, desejos e aspirações num

movimento que redirecione os mercados, atribua um conteúdo democrático ao Estado e reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional.

Marcos Arruda

Economista e educador, Coordenador do PACS (Rio de Janeiro),
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Sustentável do ICVA
Conselho Internacional de Agências Voluntárias, Genebra),
e sócio do Instituto Transnacional (Amsterdã).

- (1) - Sobre este tema ver Marcos Arruda, 1192; 1194a; 1194b; 1195a, 1996a e 1996b na Bibliografia.
- (2)- Robin, 1994, pp. 38-47
- (3)- Gorz, 1991, pp. 101-121; 124-138. Aurobindo, 1949, 56-65. Frigotto, 1986, 180-227.
- (4)- Teilhard de Chardin, 1945, pp. 157-176; 1936, pp. 75-88.
- (5) - Gorz, 1964, pp. 56-60. Beaudrillard, 1973, pp. 11-40. Arruda, 1995a p. 7.
- (6)- Segundo o jornal *International Herald Tribune* (3/3/96), a renda familiar nos EUA entre 1980 e 1995 despencou em 11%. Os 10% mais pobres perderam 21% e os 10% mais ricos ganharam 22%. A concentração da renda na Grã Bretanha é a segunda maior entre os países ricos, depois da Nova Zelândia. Cerca de 30% das crianças inglesas nascem em famílias que recebem benefícios sociais do governo, ou estariam na miséria absoluta. Em 1979, quando Margaret Thatcher chegou ao poder, havia um milhão de crianças em famílias que dependiam de ajuda oficial. Em 1992, segundo o Partido Trabalhista, esse número aumentou para três milhões (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1/12/96, p. 21).
- (7) - 'Conduzida pela competição selvagem, esta floresta comercial não é outra coisa que o canibalismo convertido numa instituição, onde o homem civilizado, para defender-se, se torna selvagem entre os selvagens' (Herbert Spencer, *Essays on Progress*, 1886).
- (8) - Korten, 1995, pp. 51-203; pp. 308-312.
- (9) - Fromm, 1968, pp. 28-33.
- (10) - UNRISD, 1995, Cap. 10, pp. 153-168. Dussel, 1987, pp. 162-173. Em meados de 1996 nos EUA, a notícia de que a criação de novos empregos na economia havia caído em 13,3% de junho para julho gerou uma onda de euforia em Wall Street, expressa por um aumento de 70 pontos no mercado Dow Jones. Os preços de alimentos aumentaram 1,6% e as vendas a varejo caíram 0,2%, enquanto as taxas de juros dos títulos do Tesouro aumentavam (*Le Monde Diplomatique*, set. 1996).
- (11) - Marcos Arruda, 1995a, p.6
- (12) - Hegel, na sua *Filosofia da História* esboça o que ele chama de 'princípio do desenvolvimento', mencionando dois aspectos definidores: 1) a capacidade real de mudança, e mudança para melhor, um impulso de perfectibilidade; 2) um germe latente de ser - uma capacidade ou potencialidade lutando por realizar-se. Portanto, o desenvolvimento não resulta de mudanças externas, mas do desdobramento de 'um princípio interno imutável; uma simples essência - cuja existência, i.e. como um germe, é primordialmente simples - mas que em seguida desenvolve uma variedade de partes que se envolvem com outros objectos e, conseqüentemente, vivem num processo contínuo de mudanças'. Ele deixou de lado o termo indispensável: no sentido de crescente complexidade. Ver Teilhard de Chardin, 1936, pp. 67-114.
- (13) - O testemunho de um antropólogo e pesquisador de renome, Richard Leakey (1978), deve ser mencionado. 'Em síntese, portanto, a noção de que os seres humanos são inerentemente agressivos simplesmente não pode ser sustentada. Não podemos negar que os humanos do século 20 apresentam um alto grau de agressividade, mas não podemos apontar para o nosso passado evolutivo seja para explicar as nossas origens, seja para nos desculparmos... (p.221). Não deveríamos procurar os nossos genes as sementes da guerra... Uma ironia biológica suprema oculta-se em todo o debate sobre a guerra organizada nas sociedades modernas - a natureza cooperativa dos seres humanos (*ênfase minha*). Ao longo da nossa história evolutiva recente, particularmente desde a emergência do modo de vida caçador, deve ter havido pressões selectivas extremas em favor da cooperação, da consciência de grupo e da identificação (enquanto Espécie). Foi tão forte e o período no qual ela agiu foi tão extenso (pelo menos três milhões de anos e provavelmente mais tempo), que é improvável que ela tenha deixado de inserir-se em algum grau na nossa configuração genética' (p. 223).
- (14) - Sinergia, em grego, significa 'energia posta em comum', ou 'conjugação de energia', ou 'cooperação, acção em comum'.
- (15) - Teilhard de Chardin, 1936, pp. 67-114.
- (16) - Teilhard de Chardin, 1948, pp. 314-316.

- 17) - Este termo revela com ênfase a coisificação do trabalhador pela cultura centrada no Capital.
- (18) - Coraggio, 1991, pp. 357-358; pp. 297-299. Aurobindo, 1949, pp. 195-207; pp. 208-217.
- (19) - Pinho, 1969, Capítulos IV e VII. Xico Lara, 1993, pp. 2-7. Uhl, 1980, 105-236. Nove, 1989, Parte IV.
- (20) - Marcos Arruda, 1995a, p.6
- (21) - A política empresarial de demissões maciças tem tido um sem-número de desdobramentos: desemprego estrutural, que empurra os trabalhadores que desanimam de procurar emprego para o chamado 'sector informal'; companhias e agências de governo, compelidas a cortar custos e pessoal, estão estimulando seus empregados a demitir-se, formar uma microempresa e assinar um contrato com o antigo empregador, livrando-se estes dos riscos e dos encargos sociais.
- (22) - O Relatório de 1996 da OIT avisa que a situação dos trabalhadores em ambos os hemisférios está piorando. Há um bilhão de desempregados e subempregados em todo o mundo, sendo 34 milhões nos países ricos (*O Globo*, 26/11/96, p. 23, Rio de Janeiro).
- (23) - A publicação da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, *Trabalho, Terceirização e Cooperativismo*, Porto Alegre, outubro de 1996, oferece um bom exemplo desta consciência em expansão no meio sindical. Mas existe também muita resistência a ser superada, sobretudo por parte das lideranças.
- (24) - O Relatório de 1996 da OIT avisa que a situação dos trabalhadores em ambos os hemisférios está piorando. Há um bilhão de desempregados e subempregados em todo o mundo, sendo 34 milhões nos países ricos (*O Globo*, 26/11/96, p. 23, Rio de Janeiro).

BIBLIOGRAFIA

- Albert, Michael and Hahnel, Robin, 1978, *UnOrthodox Marxism: An essay on Capitalism, Socialism and Revolution*, South End Press, Boston.
- Albert, Michael and Hahnel, Robin, 1981, *Socialism Today and Tomorrow*, South End Press, Boston, sobretudo Parte Dois: Socialism Today (pp. 55-264) e Socialism Tomorrow (pp. 265-364).
- Arruda, Marcos, 1992, *Transformações Globais e o Desafio da Construção da Democracia*, PACS, Rio de Janeiro.
- Arruda, Marcos, 1994a, *A Nova Ordem Mundial: Crise de Ética e de Racionalidade*, PACS, Rio de Janeiro. Publicado nos Anais de 1995 da Ordem dos Advogados do Brasil, Brasília.
- Arruda, Marcos, 1994b, *The New World Order, the Dominant Development Model and Democratic Alternatives*, PACS, Rio de Janeiro.
- Arruda, Marcos, 1995a, *Globalização e Ajuste Neoliberal: Riscos e Oportunidades*, Revista 'Tempo e Presença', Koinonia, Rio de Janeiro, dezembro.
- Arruda, Marcos, 1995b, *Building Strategies on the International Financial Institutions*, PACS, Rio de Janeiro.
- Arruda, Marcos 1995c, *Educação da Práxis: Sinergia de Ação e Conhecimento*, PACS, Rio de Janeiro.
- Arruda, Marcos, 1996a, *Brasil e Globalização: Oportunidades e Desafios*, PACS, Rio de Janeiro e CESE, Revista 'Debate', n. 5, Ano VI, julho 1996, Salvador, B.A.
- Arruda, Marcos, 1996b, *Neoliberal Adjustment and Globalization: A Southern Perspective*, in *Trócaire Development Review*, Dublin, pp. 15-32.
- Aurobindo, 1949, *The Human Cycle*, em 'Social and Political Thoughts', All India Books, Pondicherry, India (1985).
- Aurobindo, 1949, *The Ideal of Human Unity*, em 'Social and Political Thoughts', All India Books, Pondicherry, India (1985).
- Aznar, Guy, 1993, *Trabalhar Menos Para Trabalharem Todos*, Editora Página Aberta, São Paulo (1995).
- Bea드릴ard, Jean, 1973, *Le Miroir de la Production ou l'illusion Critique du Matérialisme Historique*, Casterman, Paris, I.
- Boff, Leonardo, 1996, *Por un Siglo XXI Con Mayor Esperanza*, em 'Signos de Vida', CLAI, Ecuador.
- Boff, Leonardo e Arruda, Marcos, 1995, *Educação e Desenvolvimento na Perspectiva da Educação Integral*, PACS, Rio de Janeiro, 1995. Também publicado em alemão, com o título *Bildung und Entwicklung im Hinglick auf die integrale Demokartie*, no livro 'Entwicklung mit menschlichem Antlitz: Die Dritte und die Erste Welt im Dialog', C.H. Beck Editors, Munique, Alemanha.
- Calmy-Rey, Micheline, 1995, *Le Partage du Travail: Une Utopie? Village Alternatif*, Genève.

- Capra, Fritjof, 1982, *The Turning Point: Science, Society and the Rising Culture*, Bantam Books, New York.
- Corragio, José Luis, 1991, *Ciudades sin Rumbo: Investigación Urbana y Proyecto Popular*, Ciudad de Siap, Ecuador.
- Dussel, Enrique, 1987, *Ética Comunitária*, Vozes, Petrópolis.
- Frigotto, Gaudência, 1986, *A Produtividade da Escola Improdutiva*, Cortez e Autores Associados, São Paulo.
- Fromm, Erich, 1968, *The Revolution of Hope: Toward a Humanized Technology*, Bantam Books, New York.
- Gramsci, Antonio, (1990), *Poder, Política e Partidos*. Brasiliense, São Paulo.
- Gorz, André, 1964, *Stratégie Ouvrière et Néocapitalisme*, Seuil, Paris.
- Gorz, André, 1991, *Metamorfosis del Trabajo - Busca del Sentido, Crítica de la Razón Económica*, Editorial Sistema, Madrid.
- GTONG, 1994, *The Challenge of Poverty Eradication*, documento de trabalho, Genebra.
- Howard, M.C. and King, J.E., 1976, *The Economics of Marx: Selected Readings of Exposition and Criticism*, Penguin, London.
- International Labor Organization (ILO), 1993, *Multinationals and Employment: The Global Economy of the 1990s*.
- IPPUR/Federal University of Rio de Janeiro, 1995, *Como Anda o Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro.
- Khalil Gibran, Gibran, 1923, *The Prophet*, Alfred A. Knopf, New York, ed. 1951.
- Korten, David, 1995, *When Corporations Rule the World*, Kumarian Press & Barret Koehler, New York.
- Leaky, Richard E. and Lewin, Roger, 1978, *Origins*, E.P. Dutton, New York.
- Luxemburg, Rosa, 1899, *Réforme Sociale ou Revolution*, em 'Rosa Luxemburg - Textes', 1982, Méssidor/Éditions Sociales, Paris.
- Mill, John Stuart, 1848, *Principles of Political Economy*, London, Longmans (1929).
- Nicolaus, Martin, 1968, *The Unknow Marx*, em 'The New Left Reader' ed. Carl Oglesby, Grove Press, New York, 1969.
- Nove, Alec, 1989, *A Economia do Socialismo Possível - Lançando o Desafio: Socialismo com Mercado*, Editora Ática, São Paulo.
- Núñez S., Orlando, 1996, *La Economía Popular Asociativa y Autogestionaria*, Cipres, Managua.
- Pinho, Diva Benevides, 1966, *A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalista e Socialista*, Pioneira Editora, São Paulo.
- PNUD, 1992, *Human Development Report*, Nova York.
- PNUD-IPEA, 1996 *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil*, Brasília, DF.
- Razeto Migíario, Luis, 1985, *Economía de Solidaridad y Mercado Democrático*, Programa de Economía del Trabajo, Academia de Humanismo Cristiano, Santiago.
- Rifkin, Jeremy, 1995, *The End of Work - The Decline of the Global Labor Force and the Dawn of the Post-Market Era*, Tarcher/Putnam, New York.
- Robin, Jacques, 1994, *Quand le travail quitte la société post-industrielle: 2/Le travail à l'épreuve des transformations socio-culturelles*, GRIT, Paris.
- Schlesinger, Sergio, 1995, *Ajuste e Plano Real: Um Caminho Sem Fim?*, PACS, Rio de Janeiro.
- Stein, Eduardo y Arias Peñate, Salvador (coord.), 1992, *Democracia sin Pobreza: Alternativa de Desarrollo para el Istmo Centroamericano*, DEI, San José, Costa Rica, especially Chapter IV, 'Las Tareas Futuras del Estado, Frente al Mercado y la Sociedad Civil, en el Istmo Centroamericano', by Franz Hinkelammert.
- Teilhard de Chardin, Pierre, 1936, *Esquisse d'un Univers Personnel*, in 'L'Énergie Humaine', Seuil, Paris.
- Teilhard de Chardin, Pierre, 1938, *Hérédité Sociale et Progrés*, in 'L'Avenir de l'Homme', Seuil, Paris, 1959.
- Teilhard de Chardin, Pierre, 1945, *La Planétisation Humaine*, in 'L'Avenir de l'Homme'.

Teilhard de Chardin, Pierre, 1947a, *Le Rebondissement de l'Évolution*, in 'L'Avenir de l'Homme'.

Teilhard de Chardin, Pierre, 1947b *La Formation de la Noosphère*, in 'L'Avenir de l'Homme'.

Teilhard de Chardin, Pierre, 1948, *L'essence de l'idée de la Démocratie*, in 'L'Avenir de l'Homme'.

Uhl, Petr. 1980, *Le Socialisme Emprisonné*, Stock-La Brèche, Paris.

UNRISD, 1995, *Estados de Desorden: Los Efectos Sociales de la Globalización*, Ginebra.